

Por quê uma apresentação?

Arlene Renk

É de se pensar do porquê do formalismo dos textos - quando impressos - e, invariavelmente impondo uma apresentação. E porque, de praxe, essa deva ser subscrita por uma autoridade - de carimbo ou na matéria. Caderno sem apresentação pode dar a idéia de caderno amputado. E o mais frequente ainda é o leitor desprezar as páginas, pular por cima e dirigir-se ao que lhe interessa. Critério, preferência e tempo são questões de foro administrativo particular.

Coube-me apresentar este número do Caderno, o que terá sido determinado por "afinidades eletivas" minhas com as temáticas abordadas. Neste sentido é oportuno mencionar a tentativa da UNOESC de libertar-se das amarras colonialistas e ousar pensar, escrever, pôr no papel aspectos da constituição da chamada região oeste catarinense, olhando-a sob o prisma do destino do seu campesinato. Embora embrionário, é louvável o empreendimento de firmar-se enquanto autoridade, na acumulação das informações e das interpretações da realidade. As versões produzidas localmente não podem em hipótese alguma ignorar o diálogo com aquelas originadas em centros, instituições renomadas. Dialogar, sim. Curvar-se, nunca. O gueto paroquial é tão nefasto quanto o monopólio metropolitano.

Tentativas incipientes de diálogo já estão presentes nos Cadernos do CEOM: índios, balseiros, caboclos e os sem-terra. Seguramente aparecerão novas facetas, olhares, viéses sobre temáticas já abordadas que poderão conflitar entre si. Longe de ser sinal de fraqueza ou demérito, reflete apenas contingência das ciências interpretativas. A pluralidade de interpretações constrói o mosaico da realidade. Afinal, as ciências sociais podem ser classificadas sob vários atributos, menos um: o de visão irenista. Mesmo com a memória adulterando os fatos, em algum texto Weber fala que, independente dos deuses que escolhermos, estaremos em colisão com os demais deuses preteridos. Este é o destino - fatum - do pesquisador de nossa área: expor sua versão respaldada por sua formação, visão de mundo, arcabouço teórico-metodológico norteador. Lê dessa forma sua realidade. Os advogados dos deuses demitidos aparecerão. Contestarão. Requererão espaço. É justo. Por que não?

Centrando-me agora no mérito dos textos desta coletânea diria, no surrado jargão, que são socializações de dissertações de mestrado de integrantes do corpo docente da IES. Enfim, uma devolução de fácil digestão e degustação, já aparados os sisudos e maçudos volumes das dissertações, sempre impregnadas de ranço acadêmico. Sem isso não seriam dissertações. De outro lado, no caso em questão, são perspectivas de disciplinas dialogando entre si: História e Antropologia; cada uma com seu arsenal e olhar específico, enriquecendo porém o conjunto.

O arranjo do texto, observando a clássica dimensão diacrônica parece elucidador. A artigo de Werlang trata de uma das inúmeras colonizadoras do Oeste Catarinense e das implicações de seu colonizador: a figura de Carlos Culmey. Abrindo um parêntese (a seu respeito correm tantas lendas, que não espantaria se afirmassem ter tomado rumo parecido ao de D. Sebastião: em manhã de brumas, apareceria no rio Uruguai). Fechado o parêntese. Não se pode esquecer da política do governo catarinense, em consonância com as diretrizes do governo federal, em privilegiar a pequena propriedade. Esta, desnecessário dizer, que a partir da Lei de Terras, passou a ser apregoada como modelo de desenvolvimento, de progresso. Leia-se, com cuidado, que se tratava da pequena propriedade acoplada às representações

formuladas acerca do colono, isto é, o descendente de europeus. Falou-se, sim, dos **nacionais**. Retórica. No caso do oeste catarinense, além da fracassada Colônia Militar de Xaçupé, quais os núcleos destinados aos nacionais? O próprio Movimento do Contestado, por si só, derrubaria eventuais argumentos em favor. Logicamente que a pequena propriedade não foi tão civilizadora quanto afirmava o governo. Caso contrário o Oeste não carregaria até hoje o estigma de barbárie e teria resolvido a situação da agricultura nacional. Neste sentido, Schwade analisa os sem-terra do Oeste catarinense - herdeiros dos colonizadores abordados por Werlang e congêneres - e os múltiplos significados da militância e mediadores, entre os quais a Igreja Progressista.

São dois momentos peculiares do campesinato no Oeste Catarinense. O primeiro, abordado pela ótica da História, é o de sua constituição, das estratégias de Culmey e de seus revendedores. O outro, aquele tratado pelo viés antropológico, o próprio nó górdio dos colonos, quando na impossibilidade de se reproduzirem no modelo anterior e na possibilidade de uma fração destes - os Sem-Terra - construírem um novo projeto: o assentamento coletivo. Neste sentido, o texto de Schwade constitui-se num trabalho inovador, por conviver e traduzir os sentimentos e significados da terra, militância e religiosidade atribuídos por esses homens em carne e osso. Essa apreensão só foi possível com o instrumental da Antropologia: convivência, observação participante, o ver-do-ponto-de-vista-donativo. O traduzir e retraduzir para nós leitores, em forma de texto, a experiência daqueles homens, com um novo projeto.

Os ensaios podem ter leituras múltiplas, lidos isoladamente, ou uma metaleitura da constituição e destino dos colonos no Oeste Catarinense, além do diálogo implícito que o leitor travará com as duas disciplinas.